

SESSÕES DO PLENÁRIO

11ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de maio de 2022. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 15 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Ubaldino, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leo Prates, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 24.511/2022, procedente do Poder Executivo, que disciplina a participação de secretários de Estado e agentes públicos em conselhos ou entidades assemelhadas, constituídos sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, na forma que indica, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 24.512/2022, procedente do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a alienar bem imóvel, extinto Derba, de propriedade do estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências; e, por último, Projeto de Lei nº 24.513/2022, procedente do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a alienar bem imóvel, prédio no bairro da Calçada, Edifício Water Center, de propriedade do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há expediente a ser anunciado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há manifestações de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente. Não há orador inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Eu mesmo falarei, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton.

O Sr. Sandro Régis: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, pode dizer quais projetos serão votados?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a é quem manda.

Então, a pedido dos líderes Sandro Régis...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Dez minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) e Rosemberg Pinto, existe a sugestão da suspensão desta sessão pelo tempo de 10 minutos. Portanto, V. Ex.^{as} serão atendidos.

Suspendo a sessão pelo tempo de 10 minutos.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, vou suspender a sessão por até 30 minutos.

O Sr. Tiago Correia: Por 10 minutos, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Suspenderei a sessão por até 30 minutos. Podem ser 5, 8 ou 9 minutos. O.k.?

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Retornando à sessão.

O deputado Hilton não se encontra.

Concedo a palavra ao líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar PP.

O Sr. Sandro Régis: Falará qual tempo total, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Falará por 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Falará o deputado Léo Prates por 10 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Léo Prates por 10 minutos. O deputado Léo Prates retorna a esta Casa, depois de ter feito um grande trabalho na Secretaria de Saúde do Município. Bem-vindo, deputado Léo Prates.

O Sr. LÉO PRATES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria saudar todos em nome do grande presidente Adolfo Menezes; o meu líder, deputado Sandro Régis; e o líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto.

Inauguro a minha estada nesta Casa de forma presencial num momento muito rico. Desta vez, Sr. Presidente, tenho de jogar em outra posição, na posição da Oposição.

Quero dizer que a nossa forma de atuar será sempre como nós fizemos na Câmara de Vereadores. A deputada Fabíola foi minha colega. A deputada Olívia foi minha antecessora. Houve, também, os deputados Marcelino, Paulo Câmara, Tiago Correia, Jurailton.

Colocando sempre que a vida dos baianos e os projetos, que interessam aos baianos, terão todo o nosso apoio. Aqueles projetos que nós entendermos não serem benéficos à população e à Bahia, nós nos colocaremos onde sempre estivemos, ou seja, ao lado do povo da Bahia.

A minha mensagem ao governo do estado e a todo o povo da Bahia é a de reflexão. Nós estamos entrando num momento político. Mas nós não devemos deixar a política partidária ingressar nesta Casa, porque cabe a esta Casa manter os bons projetos e dar os bons projetos à Bahia e aos baianos.

Dito isso, Sr. Presidente, quero iniciar a minha fala de hoje fazendo um apelo ao deputado Rosemberg Pinto, líder do Governo nesta Casa. Nós temos, pautados por V. Ex.^a, dois projetos que tratam sobre alienação de imóveis na cidade do Salvador.

Quero, em primeiro lugar, manter a minha coerência em relação ao meu processo histórico. Fui relator de diversas matérias de desafetação de terrenos e de imóveis na Câmara Municipal de Salvador. Como dizia o meu amado pai, a pior traição que você tem é a você mesmo. Não posso ir contra a minha história.

Eu aprendi, na Câmara de Vereadores, quanto à alienação e à desafetação, nada mais é do que uma substituição patrimonial. Ou seja, meu caro procurador desta Casa, desta Assembleia Legislativa, a legislação, melhor, a lei diz que a venda de imóvel não traz recursos para custeio, mas para investimento.

Mas me parece, deputado Rosemberg, extremamente – e aí eu queria encontrar uma palavra melhor – ilegítimo um governo, quando faltam 6 meses para concluir a sua gestão, já que o atual governo foi reeleito – me parece ilegítimo –, a 6 meses de terminar este governo, se este governo definir a substituição patrimonial que será feita.

O que é a substituição patrimonial? Por exemplo, no município de Salvador, nós vendemos terrenos para poder construir o Hospital Municipal de Salvador. Esta é uma manobra legítima e eficaz para estados e municípios pobres.

Porém, eu quero chamar a atenção de V. Ex.^{as} que, mesmo aprovado hoje, nesta Casa, o projeto vai para a sanção do governador; depois vai para a feição do edital de leilão deste imóvel. Digo isso porque a lei diz que tem de ser um leilão público. Depois do leilão, ainda há os prazos de recursos. Ou seja, na melhor das hipóteses, estes terrenos, estes imóveis, melhor dizendo, serão leiloados pelo estado em novembro ou dezembro.

O que eu quero falar, na verdade, é que não considero isso adequado.

Posso dizer, se falei da minha biografia, quando eu era secretário municipal de Saúde, recebemos do Ministério Público a recomendação, ao final da gestão do ex-prefeito ACM Neto, de suspensão de 10 licitações, porque faltavam 8 meses para o fim do mandato do então ex-prefeito ACM Neto.

Então, faço este apelo, porque quem deve decidir que substituição patrimonial deve ser feita, ao lembrar, aqui, inclusive, que há uma posição contrária à posição da maioria dos deputados do PT/PCdoB. Digo isso porque, na Câmara de Vereadores, os dois partidos votaram contra todas as alienações propostas pelo Poder Executivo.

A deputada Fabíola está passando aqui. Saudando o deputado Hilton, grande colega, pois V. Ex.^a foi nosso colega como vereador.

Então, se eu mantenho a minha coerência de ser a favor da substituição patrimonial, ou seja, da alienação de bens, porque isso possibilita ao estado aumentar a sua capacidade de investimento, eu sou contra a feição, neste momento, já que faltam, deputado Hilton, apenas 6 meses para este governo terminar. E, na melhor das hipóteses, ele termina o leilão em novembro.

Quero também fazer, Sr. Presidente, por respeito a esta Casa, que, antes deste projeto ser votado – digo isso porque, na Lei Orgânica do Município de Salvador, é exigido e estou me aprofundando na Constituição da Bahia –, sugiro a vinda do secretário Manoel Vitória a esta Casa para explicar quais são os investimentos e por que a necessidade da venda dos imóveis. Não houve uma só alienação de imóveis no município de Salvador que a Secretaria Municipal da Fazenda não tivesse participado.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria me manifestar a favor do projeto, desde o seu nascimento, junto com o deputado Sandro, o deputado Rosemberg Pinto. Votei nesse projeto na Câmara Municipal de Salvador. Fui o secretário municipal de Saúde que implantou o nome social no cartão do SUS. Aqui foi a primeira capital do Brasil a ter o nome social no cartão do SUS. Foi a primeira secretaria do município a ter um comitê LGBT, a ter o nome social no crachá.

Na nossa saída, graças a um projeto de indicação do então vereador Marcos Mendes – deputado Hilton, eu não acho que meus adversários têm todos os defeitos

e meus aliados, todas as qualidades –, estávamos desenvolvendo um projeto pioneiro com a Ufba (Universidade Federal da Bahia) para a cessão de hormônios ao público LGBT.

Então, primeiro, é o respeito à pessoa. Isso sempre estará nos nossos princípios, nas nossas ideias.

Quero agradecer ao deputado Adolfo, quero agradecer a todos os deputados.

Estou de volta para contribuir, mas, sobretudo, presidente Adolfo, como soldado de V. Ex.^a no respeito e na manifestação da grandeza desta Casa. Conte comigo para manter a independência do Poder Legislativo e seu poder fiscalizador.

Agradecendo a V. Ex.^a, deputado e presidente Adolfo, a generosidade e a amizade.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu quero saudar a vereadora Maria Marighella, presente nas galerias. Seja bem-vinda, vereadora, assim como todos os demais.

Com a palavra o líder da Maioria para falar ou indicar o orador.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falarão, por 5 minutos cada uma, as deputadas Fabíola e Olívia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Fabíola por 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, quero, numa sessão histórica, contar com a presença dos movimentos LGBTQIAP+ de toda a Bahia, pois eles vêm se mobilizando ao longo de todos esses dias, meses e anos de tramitação do projeto do deputado Zó; referindo-me ao fato de que eu tive o orgulho de relatar, enquanto presidente da Comissão de Educação.

Quero saudar a mobilização de todos os movimentos da Bahia, a articulação do ativista Onã Rudá, o nosso secretário estadual do PSB; Adna, representando o PSB; a presença da vereadora Maria Marighella; a presença de Milena Passos, a quem nós, com certeza, teremos orgulho de apelidar esta lei. Ela é uma grande ativista que já foi presidente da Antra, uma mulher que eu tive a honra, Paulete, de ter como minha assessora oficial na vereança. Sei que a deputada Olívia tem, até hoje, enquanto foi secretária de Políticas para as Mulheres, a sua assessora, uma mulher que hoje faz a diferença na defesa dos direitos LGBT.

Mas, Sr. Presidente, fico muito orgulhosa da Bancada da Maioria e, também, orgulhosa com a posição dos líderes, deputados Rosemberg e Sandro Régis, pois receberam os movimentos para votar o projeto que, certamente, coíbe atos discriminatórios.

Estamos cansados e cansadas de tantas vidas ceifadas por causa da orientação sexual. Estamos cansados de não termos direitos constitucionais garantidos, que é ter um direito a respeito, um direito à igualdade, um direito à justiça social. Não é possível que a Bahia seja, ainda, o segundo estado listado no índice de violência contra os LGBTs. É de vidas que nós estamos falando, deputado Hilton Coelho, é de salvar vidas e de garantir direitos!

Venho, como integrante da comunidade LGBT, com muita honra, um dia depois de 17 de maio, em que se comemora o combate contra o movimento LGBTfobia, pedir a esta Bancada da Maioria, que já está toda acordada, junto com o deputado Hilton Coelho... Agradecer, também, ao deputado Sandro Régis.

Temos algumas coisas para finalizar e alguns ajustes a fazer. O movimento esteve com os jurídicos, a quem agradeço, com o deputado Rosemberg, que nos reunimos ontem. Nós vamos fazer os ajustes. Mas eu quero pedir, Sr. Presidente, que nós possamos dar à Bahia uma lei que se chamará Milena Passos. Essa lei vai, certamente, coibir atos de violência contra LGBTs.

Infelizmente, nós vamos seguir mobilizados na luta.

Eu acho que muito luto nós vamos impedir se nós tivermos punições, penalidades administrativas por quem praticar atos discriminatórios em razão das liberdade e consciência, em razão da crença, em razão da orientação sexual, em razão do livre exercício dos cultos religiosos.

Respeitamos todas as pessoas, mas queremos ser respeitados, deputado Hilton Coelho, à luz do que existe na Constituição. Queremos ter uma ferramenta na Bahia que possa dar aos movimentos LGBT, que possa dar, à nossa Constituição baiana, uma ferramenta para coibir violências e preconceito, porque o que nos move é o amor.

Eu sou católica, deputado Tiago Correia. Tenho uma família maravilhosa. Estamos cansados de pessoas que sobem neste palco, que sobem nesta tribuna para dizer que defendem a família, que defendem Deus. Eu também defendo Deus, eu defendo a família, mas uma família inclusiva, uma família que respeite, uma família que assuma que os seus filhos e filhas podem e devem ter a sua orientação sexual respeitadas (palmas), e não podem ser vítimas de homicídios, assassinatos e práticas LGBTfóbicas. (Palmas)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Queremos direito à vida, direito à liberdade, direito ao respeito, queremos um mundo mais justo, mais igualitário, porque nós temos direito à cultura da paz.

Viva o dia 17 de maio!

Mas viva o dia 18 de maio, pois, certamente, nós teremos uma unidade suprapartidária em defesa de um mundo justo, que é o que todos nós queremos aprovando o PL Milena Passos e dando à Bahia uma ferramenta fundamental em defesa desses direitos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Parabéns aos movimentos!

Esta Casa se soma aos movimentos sociais que, organizados, vêm a esta Casa pleitear justiça e igualdade de direitos, pois eles vêm, certamente, se incorporar às lutas destes deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Fica o orgulho da Bancada da Maioria e daqueles da Bancada da Minoria que estão aliados nesta luta, que é uma luta de todos, todas e todes.

Viva o movimento LGBT! Viva a liberdade! Viva a liberdade e o mundo de paz! Viva os direitos! Viva o mundo mais justo e mais igual! (Palmas)

Parabéns a vocês! (Palmas) Parabéns a esta Casa, pois se ela votar a favor deste projeto hoje, fará, certamente, história sob a sua presidência, deputado Adolfo Menezes, sob a sua liderança, deputado Rosemberg, e sob a liderança do deputado Sandro Régis.

O deputado Tiago Correia e Alan Sanches estiveram nessas lutas. Isso não é uma disputa partidária. Eu sei que V. Ex.^a, com a sua nobreza, com a sua magnitude, conduzirá muito bem a sua bancada. Nós saberemos ceder no que for mais caro para V. Ex.^{as}. Nós saberemos dialogar.

Eu quero pedir àqueles que ainda têm algum problema que possam fazer disso uma lição de amor, amor cristão, respeito, irmandade, solidariedade, porque esta Casa, como uma casa laica, deve e tem de defender o direito de todos, e não só para aqueles que são iguais a nós.

Viva as diferenças! (Palmas) Viva a Bahia da diversidade! (Palmas) Viva a Assembleia Legislativa, porque vai, irmanada com esses movimentos, aprovar, com certeza. Tenho certeza de que não falharão ao aprovar o PL. (Palmas)

Milena Passos, você faz história hoje, minha irmã. Salve!

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, quero saudar, de maneira também muito especial, esta comissão do Movimento LGBT baiano, que vem a esta Casa liderados por Onã Rudá, a nossa querida Lívia, Paulete Furacão, presente também, a nossa Milena Passos, que dá o nome a este projeto de lei e a esta lei, porque eu não tenho nenhuma dúvida que será, sim, aprovada nesta Casa.

Quero dialogar com o nosso líder do Governo, deputado Rosemberg, que tem se empenhado no diálogo com a nossa bancada. Mas, também, quero dialogar com o líder Sandro Régis, enfim, com a Bancada da Oposição, entendendo que esta é uma pauta civilizatória da orientação sexual de cada um.

Parabenizo o presidente Adolfo que abriu também a sua sala, ouviu esse segmento do movimento e, também, se comprometeu em colaborar e contribuir com a aprovação deste projeto, porque é fundamental, para esta Casa, dar a sua parcela de colaboração na grande luta pelo fim da LGBTQIA+fobia.

Como muito bem disse a deputada Fabíola, ontem foi o dia internacional, uma data dedicada à reflexão, mas também em favor da luta para que a gente possa transformar a sociedade. A lei, por si só, não muda, mas a lei é um instrumento que faz com que a sociedade compreenda que é preciso impor limites contra a violência.

O ataque a pessoas do mesmo sexo que se amam é um contrassenso, é uma violação contra os direitos humanos dessas pessoas, é um sinal de que a nossa democracia ainda está bastante atrasada, porque é um absurdo que, neste país, duas mulheres que se amam não possam sair às ruas e dar demonstrações de afetividade, que dois homens que se amam possam dar demonstração pública de afeto, porque isso é entendido, por alguns, como uma violação ao ideário de família.

Existem vários modelos de família, existem várias formas de as pessoas se amarem. Porém, não são admissíveis o ódio e a truculência que fazem com que este estado seja um dos campeões de assassinatos de pessoas LGBTQIA+. Tem alguma coisa errada! Não é possível que as pessoas que se organizam para impedir que legislações como essa possam ser aprovadas não se organizem para ir para a rua, para a marcha LGBT, para dizer que nós estamos aqui, porque nós nos importamos com a vida de vocês, com a preservação da vida, com a preservação do amor!

Então, essa é a referência principal que nos orienta. Por isso, nós estamos aqui. A Comissão dos Direitos da Mulher dá apoio integral a esse projeto. A Comissão de Educação dá apoio integral a esse projeto. Eu tenho certeza de que esse projeto sairá daqui vitorioso.

O meu colega deputado Zó, autor desse projeto de lei, também, sairá vitorioso. Eu quero também parabenizá-lo, porque eu tenho certeza de que o Zó do Sertão, essa figura emblemática de Juazeiro, mas antenado completamente com todas as pautas que interessam à Bahia e ao Estado democrático de direito.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo, também, do meu desejo de afeto e de amor eterno ao presidente Lula e a Janja, que vão se casar. A gente tem um candidato ao cargo de presidente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da República que fala de amor, que sabe amar, que vive o amor, que ama o Brasil e que voltará pelos braços do povo nas urnas, no dia 2 de outubro.

Todas as formas de demonstração de amor valem a pena. E, com certeza, esta bancada, vereadora Maria Marighella, vai saber também fazer o trabalho certo, lutar aqui...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) dentro do Plenário e lutar nas ruas para a gente banir do poder esse cabrunco atrasado que é Bolsonaro e garantir Lula de novo nos braços do povo para o bem dos negros, das mulheres, da população LGBTQIA+, para o bem de todos e todas que defendem os direitos humanos, a vida e o desenvolvimento nacional.

Parabéns a vocês. Contem com o PCdoB.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria e do Bloco Parlamentar União Brasil/PL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 19 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, o deputado Paulo Câmara falará por 9 minutos, e o deputado Sandro Régis, por 9 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Paulo Câmara por 9 minutos.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, amigos das galerias, imprensa. Sr. Presidente, trago ao conhecimento de V. Ex.^a e, também, do líder Rosemberg a aberração que foi feita pelo governo do estado da Bahia na BA-270, deputado Tiago Correia, especificamente no trecho que liga Manjerona a Maiquinique.

Antes de trazer esse assunto, procurei pegar todas as resoluções e publicações do DNER, do DNIT, para que, realmente, não houvesse a menor dúvida do que eu falo aqui hoje.

A BA-270 é conhecida hoje como ciclofaixa, porque não pode ser chamada de estrada. Se assim fosse, Sr. Líder Rosemberg... Segundo o Derba, a classificação de uma rodovia é definida pela função do tráfego esperado, função que a rodovia exerce no sistema rodoviário. Segundo o DNIT, o trecho em questão pode ser classificado pelo Derba como via arterial secundária ou coletora primária. Para o DNER, como classe III. Para o Derba – tudo isso que estou falando se encontra aqui nessa publicação e você pode ver nas páginas de 11 a 24 –, a parte arterial secundária tem de ter, de pista mínima, a largura de 3,5 metros por faixa, totalizando 7 metros a rodovia. E mais, líder Sandro Régis: 1,5 metro de acostamento. Isso é uma via secundária. E, pasmem vocês, a via que liga Manjerona a Maiquinique, BA-270, Rosemberg, tem 2,53 metros de largura por faixa e não tem acostamento.

Isso é um crime que estão fazendo com aquelas pessoas que ali trafegam. Pessoas irão morrer. Está tudo aqui publicado no DNER e no DNIT. Não estou

falando que não há embasamento técnico. Obra feita sem projeto, obra eleitoreira, obra para enganar a população que vai custar as vidas daquelas pessoas...

E eu quero trazer a responsabilidade desta Casa, esse conhecimento, porque eu passei lá, no último sábado, verificando e não acreditei ao passar por uma curva. O que se diz quando se tem uma curva? Na mesma publicação, da página 16 a 24, líder Sandro Régis, no Diário Oficial da União, no DNER e no Ministério dos Transportes há todas as normas técnicas previstas em lei, não estou falando de nada que não seja lei: a curva do raio de ação tem de ter entre 350 metros e 390 metros com a velocidade média de 80 quilômetros. Você tem que acrescentar mais 0,50m e toda uma estrada linear.

Eu quero saber quem será o responsável quando morrer a primeira pessoa de acidente de carro. O Sr. Governador do estado ou aquele que executou a obra? Mas a sociedade e este Plenário precisam tomar conhecimento da verdadeira ciclofaixa, não aquela obra eleitoreira, a BA- 270. É um registro que eu faço e quero aqui colocar nos Anais da Casa, Sr. presidente. O Ministério dos Transportes, em suas normas para projeto de estradas e rodagens, das quais eu acabei de falar e o Diário Oficial da União, Resolução do Contran, neles se encontram todas as novas técnicas específicas desse processo.

O segundo assunto, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: eu cobre aqui, na semana passada, a presença do secretário de segurança pública. Até porque ninguém sabe o nome desse rapaz. E pergunto à galeria, pergunto ao Plenário: como é o nome do secretário de Segurança Pública? Ninguém sabe responder, é um silêncio, porque ninguém o conhece.

Quando ele aparece para falar que a Bahia é o estado com o maior número de índice de homicídios do país, a Bahia é o estado do medo, a Bahia é o estado da violência, a Bahia é o estado do temor, ele fala: “A maioria das pessoas que eu conheço fuma maconha e trabalha todos os dias”. Que secretário! Como é que o secretário de Segurança Pública, que está no cargo para defender a lei, é a favor das drogas? É por isso que o estado está como está. E é por isso que eu não vejo ninguém da banda do governo defendendo esse secretário, porque já abandonaram, já largaram esse secretário às traças.

Porque é inadmissível, Sr. Presidente. Assassínatos, sequestros-relâmpago, mortes, estupros, tudo acontece todos os dias e o secretário vem dizer que acontece porque a culpa é das classes média e média alta. E a culpa é da polícia porque há armas na rua. Ora, deputado Hilton Coelho, um homem desse não merece ser secretário de Segurança Pública de nenhum lugar do mundo, muito menos do nosso estado. Eu não sei a quem interessa ou a quem está servindo, mas certamente aos baianos não.

Por fim, líder Sandro Régis, mais uma pesquisa consagradora – o que a população espera, o que a população quer – da vitória consagradora do nosso pré-candidato ao governo, ACM Neto. Quase 70% de aprovação, deputado Alan

Sanches, deputado Tiago Correia, é aquilo que nós escutamos na rua: a população quer mudança, a população quer transformação.

Hoje, a Bahia é campeã nacional de desemprego, principalmente impactando os jovens de 16 a 24 anos, aqueles que não têm sequer uma oportunidade. Hoje, a Bahia tem a pior educação do país por 2 anos consecutivos. Como pode um secretário, que não teve competência para ser gestor da sua pasta, ser governador de um estado?

Não vamos brincar com coisas sérias, não vamos brincar com nosso estado. Um estado que perdeu em turismo, um estado que perdeu a sua autoestima, um estado que efetivamente vem definhando. Agora, na propaganda do outdoor, porque se gastou R\$1 bilhão em propaganda, nós vivemos na Disneylândia. Aqui tudo é maravilhoso, aqui as vias são pavimentadas, não existe estrada com buraco, aqui o emprego está sobrando, aqui não existe violência, aqui é a grande *fake news*. Aliás, eu sempre disse, deputado Zó, que a melhor secretaria do estado é a secretaria de comunicação, do secretário André Curvello. Essa é imbatível, porque realmente sabe se comunicar, mas de uma maneira errada. Quando você vai espremer, não sai nada. São só esses índices nacionais que são publicados e efetivamente constroem e denigrem a imagem de todos nós baianos.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

Obrigado, líder da Bancada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Líder Sandro Régis, de quem é o tempo? Com a palavra o deputado Tiago Correia, um dos maiores latifundiários da Bahia, coisa de 100 mil bois em cada fazenda, por 9 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde, boa tarde nobres colegas, pessoas que nos acompanham nesta galeria nesta sessão hoje à tarde, toda a imprensa. Sr. Presidente, queria ressaltar o que nos trouxe o deputado Paulo Câmara. Mais uma pesquisa que traz uma margem considerável do pré-candidato, ex-prefeito de Salvador, ACM Neto, mostrando que a população da Bahia deseja mudança, deseja o anseio da mudança e inclusive contradizendo todas as *fake* pesquisas internas, que sinalizavam que o pré-candidato Jerônimo já estava à frente do pré-candidato ACM Neto. Muito disse me disse segundo o qual o único município em que o prefeito ACM Neto estaria à frente seria Feira de Santana. Essas pesquisas internas que circularam, principalmente nos primeiros 15 dias de lançamento do pré-candidato Jerônimo, realmente não se sustentaram.

Sr. Presidente, na recente pesquisa feita por um instituto há 1 mês, nós vimos uma tendência de crescimento em 1 ponto percentual do pré-candidato ACM Neto, deputado Alan Sanches. Enquanto o pré-candidato Jerônimo, em quem se depositava toda uma expectativa de que, com o passar do tempo, cresceria na pesquisa, na verdade, houve uma redução mostrando que não empolgou nem a militância e nem

o grupo político. Como todos sabemos, essa pesquisa retrata apenas uma fotografia do momento. A eleição ainda está muito longe, ainda tem muita coisa para acontecer e a gente sabe que eleição se ganha no momento em que se abrem as urnas.

Então, eu peço a nossa Bancada da Minoria que nós tenhamos toda a consciência de que devemos continuar trabalhando e levando a mensagem do nosso pré-candidato ACM Neto. Principalmente para respaldar os mais de 80% dos baianos. Apesar de votarem ou não no pré-candidato ACM Neto, as pesquisas demonstram que eles acreditam que ACM Neto será o vencedor das próximas eleições.

Sr. Presidente, na sessão passada, eu trouxe, mais uma vez, o problema do ICMS dos combustíveis, que é um problema de todo país, não só da Bahia, mostrando como o governo tem lucrado com o ICMS dos combustíveis. Nós vimos alguns parlamentares defenderem que a política de preços privilegia os acionistas da Petrobras, já que é uma empresa mista, mas devemos lembrar também que o maior acionista, que tem a maior participação nos lucros da Petrobras sem sequer refinar um barril de petróleo, sem sequer correr nenhum risco trabalhista, sem sequer correr nenhum risco de investimento, de incêndio de uma plataforma, é o governo do estado. O governo do estado fica com 28% do valor final do combustível que é vendido na bomba, sendo dono de quase um terço do lucro da Petrobras sem fazer nenhum investimento. Então, quem mais lucra com o aumento do preço dos combustíveis é o governo do estado.

Já que o governador não teve a sensibilidade de acatar o pedido de indicação que nós fizemos, o projeto de indicação para que se reduzisse o ICMS do combustível, mesmo mantendo a arrecadação que ele tinha há 1 ou 2 anos, sem ter nenhum tipo de perda, mas aliviando o bolso, principalmente, da população mais carente que tem sofrido os impactos da inflação.

Os estudos mostram que o principal item que impacta na inflação são os combustíveis. Afinal de contas, todos os serviços são transportados por veículos que usam combustíveis. Um pedreiro, um encanador, um eletricista, um entregador, um taxista, todos usam combustível. Então o serviço deles fica mais caro. Qualquer alimento, qualquer item de consumo é transportado por veículos que consomem combustível. Consequentemente, esses itens ficam mais caros arrochando a população.

Mas o governador não teve sensibilidade. Na semana passada, apresentei um projeto de indicação. Já que ele não queria reduzir o ICMS dos combustíveis de maneira geral, que pelo menos fizesse como todos os estados já fizeram. Uns, inclusive, zerando, desde o ano passado, o ICMS dos combustíveis do transporte público coletivo, que está em vias de entrar em colapso em nosso município, em nosso estado. Diversos municípios com o pires na mão. Isso afeta especificamente a camada mais pobre da população que usa o transporte público e que já não se sustenta. Há diversas empresas quebrando, os municípios financiando, arcando com esse custo.

O governo do estado ainda não deu nenhuma sinalização e quando dá, principalmente aqui em Salvador, quer condicionar a uma redução de linhas que vão deixar de atender justamente essas pessoas que já reclamam da baixa frequência dos ônibus nos bairros e do baixo índice de carros rodando. O governo quer condicionar essa redução do ICMS ao prefeito Bruno Reis. Só se ele reduzir, aproximadamente, 80 linhas. Vejam o impacto que isso traz para a população mais carente que já pega ônibus lotados em que já tem que andar. Justamente porque ele, o governador, quer privilegiar o sistema de metrô que é uma concessão pública. Aí, sim, há muita gente lucrando e ganhando, assim como ele vem privilegiando a concessão pública da Arena Fonte Nova. Ele ampliou o repasse milionário que é feito anualmente à concessionária que administra a Arena Fonte Nova, passando de R\$ 200 milhões, deputado, o que foi concedido pelo governo do estado em contrapartida a uma arena em que quase não se realizam jogos. Nós não entendemos qual é a prioridade do governo.

Por isso, o deputado Leo Prates vem a essa tribuna falar das alienações públicas e questioná-las. Nós não somos contrários a nenhum tipo de alienação. Nós entendemos que qualquer bem público, qualquer imóvel que não tenha uma destinação pública, pode e deve ser vendido para que esses recursos possam ser investidos em áreas que necessitam, mas não da maneira como o governo do estado vem investindo. Nós vemos propagandas de que este é o governo que mais investe em educação, deputado Alan Sanches, mas é o estado campeão em violência. Nós vemos propaganda dizendo que é o estado que mais investe em educação, mas é o estado que tem a pior educação do Brasil, o pior Ideb, o maior índice de analfabetismo adulto, o que mostra também que esse dinheiro não está sendo bem investido.

Talvez devêssemos até nos questionar e pensar se não é um ato de improbidade investir tantos recursos de maneira errada, sendo que os resultados não aparecem. Para piorar a situação do nosso estado, nessa semana recebemos a triste notícia de que a Bahia, mais uma vez, é campeã do desemprego. Como é que se combate, deputado Paulo Câmara, a violência se a gente não tem educação, se a gente não tem emprego? É claro que os jovens vão buscar uma alternativa mais viável e, muitas vezes, acabam indo para o mundo do crime.

Nós vemos aqui muita conversa jogada fora, dizendo que a causa da violência é essa e aquela. Nós vimos também, esta semana, uma pesquisa que mostra uma redução do índice de homicídios no nosso país, enquanto na Bahia esse índice continua galopante, aumentando. Só neste ano, salvo engano, mais de 9 mil pessoas já foram assassinadas.

Então, Sr. Presidente, é isso que eu trago. É preciso uma reflexão profunda desta Casa, principalmente sobre como o governo arrecada os recursos que devem ser investidos, de quem o governo arrecada esses recursos, para quem o governo transfere esses recursos e a maneira como o governo investe em nosso estado, sendo que apresenta os piores índices do país.

É isso que eu trago.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, o nobre líder do Governo, líder da Maioria, líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 19 minutos.

Com a palavra o deputado Zó por 5 minutos. Bira Corôa, por 5 minutos. Pelo tempo restante... Vamos embora, Zó. Não vai falar, não, deputado Zó? Desistiu?

O Sr. ZÓ: Presidente, colegas deputados, colega deputada Olívia Santana, funcionários, imprensa, Milena Passos, toda turma da comunidade LGBT que está aqui, hoje, debatendo este momento importante para a Bahia. Tardio, naturalmente, porque é um debate que enfrenta uma série de resistências, de preconceitos, mas é um debate humanitário, necessário e urgente, porque duvido de que entre nós, qualquer pessoa que está aqui neste Plenário, que está assistindo a nós através da *TV Assembleia*, ou que está acompanhando esta sessão, os colegas deputados e deputadas virtualmente, não conheça um caso de LGBTfobia.

Em Juazeiro e na região de São Francisco de onde eu venho, de onde eu sou e para onde, daqui a pouco, eu vou novamente, os casos são frequentes e em grande quantidade. Se a gente contar os homossexuais que já morreram, são muitos e há muito tempo. Pessoas anônimas, pessoas importantes na sociedade, pessoas mais velhas, pessoas mais jovens, pessoas brancas e principalmente pessoas negras. São muitos.

A gente está fazendo um apelo, e a colega Fabíola está ali com o deputado José de Arimateia, com a deputada Talita, fazendo um debate, tentando chegar a um acordo para que a gente possa votar este projeto hoje.

Eu quero me reportar ao líder Sandro Régis, agradecer a você, líder, pela acolhida do nosso projeto, pelo debate, pela recepção em abrir esse debate com a Oposição. Nós vamos, conforme orientação de V. Ex.^a, levar esse debate principalmente à bancada evangélica, que está na Oposição, para que a gente possa suprimir, dirimir algumas dúvidas e chegar ao acordo que for necessário.

Acabei de ter uma conversa muito importante com o deputado Hilton, com o deputado Bira sobre o projeto. Ambos firmes e fortes na defesa do projeto, mas entendendo que há a necessidade desse diálogo. É esse diálogo que a comunidade LGBT tem buscado com a sociedade. Esse debate nós estamos fazendo aqui na Assembleia, mas é um debate solicitado, principalmente, pelo movimento LGBT, pelas mães dos LGBTs, pela sociedade que defende a comunidade LGBT. Nós estamos fazendo esse debate aqui, hoje, e pedimos à bancada evangélica, que tem dúvidas, que venha sentar-se com a gente e tentar tirar essa dúvida. Se precisar, o movimento desce, senta-se...

Queria saudar a vereadora Maria Marighella, que está aqui. Um abraço, um beijo. Quero dizer da importância da sua participação.

O Sr. Hilton Coelho: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ZÓ: Aladilce, que acaba de chegar aqui, foi autora do projeto lá na Câmara de Vereadores de Salvador, projeto aprovado, já está regulamentado, já está fazendo valer na Câmara de Vereadores. (Palmas)

Então, a gente quer aqui... Dil, minha camarada de PCdoB, beijo no coração. Parabéns! Acredito que aqui também a gente chegue a um consenso.

O Sr. ZÓ: Deputado Hilton, por favor, um aparte para V. Ex.^a.

O Sr. Hilton Coelho: Deputado Zó, eu vou procurar ser econômico, mas, infelizmente, o PSOL, hoje, não tem direito de fala aqui na tribuna. Nós não poderíamos deixar de declarar todo o nosso apoio ao movimento, a esse projeto tão importante, que visa combater as ideias de morte na sociedade...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque há ideias que causam morte na sociedade, as chamadas ideias letais, e com certeza o preconceito contra a comunidade LGBTQIA+ é profundamente agressivo e se apresenta de maneira dramática no Brasil hoje.

Um abraço à Maria Marighella, à minha companheira Aladilce e às colegas aí. Dou todo apoio, deputado Zó, a esse projeto, todo apoio, Milena Passos, a esse projeto tão maravilhoso, que só vai abrilhantar essa luta que nós precisamos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fazer no Brasil e no mundo.

O Sr. ZÓ: Só para encerrar, presidente, eu queria agradecer e dizer que esse projeto é exatamente para combater a violência e a morte. Tenho certeza de que, nesta Casa e na sociedade, ninguém concorda com a violência contra os LGBTs.

Eu queria deixar esse registro: pedir que a gente faça um consenso. A comunidade está aqui representada. O Dia Internacional de Combate à LGBTfobia foi ontem. A gente precisa, neste mês, e principalmente hoje, se possível, aprovar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) esse projeto para que a gente saia daqui com esse marco histórico.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. ZÓ: Ressalto que estamos atrasados...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. ZÓ: (...) presidente, mas será numa boa hora, será bem-vindo o projeto se nós conseguirmos aprová-lo, Laisla, neste momento.

Então, um abraço! Onã, parabéns, muito obrigado por ter me dado essa oportunidade de representá-los nesta tribuna.

Vamos à luta e vamos à vitória!

Um grande abraço, muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Srs. e Sr.^{as} Servidores deste Poder e, em especial, comunidade LGBTQIA+ aqui presente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é uma data histórica para a Assembleia Legislativa da Bahia. Momento importante. Aproveito para parabenizar o deputado Zó pela iniciativa, por permitir que este Parlamento ingresse num processo de consolidação de uma sociedade mais justa, mais igualitária, com direitos e acesso a todos e todas.

Sr. Presidente, é lógico que este Legislativo deverá aprovar tal projeto hoje não apenas pelo reconhecimento, mas pela valorização do direito constitucional à orientação sexual, Sr. Presidente. Não cabem julgamentos a quem quer que seja. É o direito constitucional à cidadania, e isso tem que ser respeitado, e esta instituição tem que privar por isso.

Por isso, aproveito para dar um forte abraço na vereadora Aladilce, que conduziu essa matéria na Câmara Municipal de Salvador; na vereadora Maria Marighella, aqui presente; mas, em especial, na comunidade LGBTQIA+, pela resistência, pela força da luta e, acima de tudo, pelo enfrentamento que vem fazendo no contexto de uma sociedade discriminadora, homofóbica, que exclui apenas pela questão do diferencial.

Quero, Sr. Presidente, não apenas externar o nosso apoio. Em 2007, quando cheguei na Assembleia, tomei um susto com o vexame que muitas pessoas passavam na portaria ou nos setores da ALBA no contexto de assumirem seus nomes sociais. É por isso que também desencadeamos, no nosso Parlamento, um debate e conseguimos aprovar o reconhecimento da identidade social na Casa.

Esse projeto, hoje, reafirma um direito constitucional, assegura e garante a punição através da responsabilização de quem quer que utilize do mecanismo da discriminação ou da homofobia.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de, no momento, chamar todos os pares na Casa, especialmente aqueles que ainda estão com dúvidas: não fere o princípio religioso de qualquer orientação religiosa, não fere o princípio da cidadania, ao contrário, valoriza e reconhece o direito de ser cidadão.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, importante que a ALBA aprove no dia de hoje, por unanimidade, esse projeto, para cumprir o seu papel de reconhecimento da diversidade existente na nossa sociedade, com direitos e com deveres.

Mas, Sr. Presidente, também não poderia deixar de pontuar: das várias falas que me antecederam, muitas delas questionavam o contexto político e administrativo do estado da Bahia no que se refere à questão da educação, entre outras. O que me deixa sempre a questionar, Sr. Presidente, é que o discurso neste púlpito é muito contraditório com a prática.

Aqueles que, aqui, hoje, estão atacando o estado em relação à questão da educação tentam omitir da sociedade a negligência do grupo político que os representam, a exemplo da cidade de Salvador, porque ainda hoje é o estado que banca a educação fundamental, uma responsabilidade do município. E isso, prioritariamente, nas séries iniciais, em que, na cidade de Salvador, a gestão daquele que se diz preparado para conduzir a Bahia – com a proposição de ser o novo, trazendo no seu legado todos os vestígios da malvadeza implementada no estado da Bahia – é a mesma que negou a implementação de programas avançados do governo da presidenta Dilma, como a implantação de creches e de escolas iniciais neste município, sob a alegação de que não havia área disponível, mesmo com o estado se colocando à disposição para adquirir a área e doar para o município, para corrigir uma deficiência muito evidente no ensino de Salvador.

Então, eu não estou aqui para ficar nas farpas,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) no processo de bate e rebate das questões, mas chamar para a discussão da responsabilidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA: São os mesmos, Sr. Presidente – eu estou concluindo –, que negaram o direito das cotas, são os mesmos que depuseram pelo corte das verbas para retirar meninos e meninas negros, entre outros, das universidades públicas do estado e do país.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Bira.

O Sr. BIRA CORÔA: São os mesmos que depõem contra o direito de uma educação pública de qualidade para atender a todos e todas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pelo tempo restante, com a palavra o nobre líder deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidoras, servidores, saudar aqui a comunidade LGBTQIA+, dizer, Sr. Presidente, que, no decorrer da semana, fizemos um esforço imenso para que possamos votar hoje, por acordo da Maioria e da Minoria, esse projeto de autoria do deputado Zó, para que a gente possa simbolizar uma posição

do estado da Bahia em relação à tipificação de ações discriminatórias que todos os dias acontecem em cada canto deste estado com relação à comunidade LGBT.

A apreciação e votação desse projeto, na minha opinião, é um avanço para a Bahia, uma demonstração para o Brasil. E aqui não estamos falando ou estimulando nenhum tipo de posicionamento pessoal, mas isso, na realidade, é uma regulamentação para que a gente possa inibir, lamentavelmente, em pleno século XXI, através de uma lei, ações discriminatórias no nosso país, no nosso estado.

Então, o que estamos fazendo é nada mais que, respeitando as pessoas que apresentaram ajustes no projeto, justiça com a sociedade porque a sociedade é plural, é respeitosa, e nós precisamos tratar todos com humanidade. (Palmas)

Queria, Sr. Presidente, também, neste momento, lembrar que amanhã fará 22 anos da ausência de um dos parlamentares mais importantes que o meu partido já gestou para esta Assembleia Legislativa, o deputado Paulo Jackson, que dá nome a essas galerias daqui, da ALBA. Estarmos 22 anos sem Paulo Jackson é algo extremamente muito triste para o Parlamento baiano e para os nossos partidos, porque ele, originalmente, iniciou a sua carreira, Aladilce, no PCdoB e depois ajudou a construir esse outro partido, que é o Partido dos Trabalhadores.

Eu quero deixar registrada toda a nossa saudade e dizer que cada um de nós, aqui, carrega o legado do deputado Paulo Jackson, que nos momentos difíceis de enfrentamento nesta Casa teve altivez, generosidade, tolerância para que a gente pudesse formar posição e para hoje o Partido dos Trabalhadores ter a maioria da bancada na Casa Legislativa da Bahia.

Por último, deputado Tiago Correia, eu insisto em dizer que nós não podemos ter uma empresa e uma política de petróleo que tire dinheiro do pobre para dar para rico. A Petrobras, todos os dias, anuncia um recorde de lucratividade que será distribuída para os seus acionistas, resultado de um preço absurdo dos derivados de petróleo. E aqui na Bahia ou em São Paulo, que é do partido de V. Ex.^a, ou no Rio Grande do Sul, do mesmo jeito, ou em Sergipe, ou no Rio Grande do Norte, em nenhum desses estados se aumentou o percentual do ICMS. O que aconteceu é que a política de preço da Petrobras é danosa para a sociedade, apenas com o olhar da lucratividade para distribuir riqueza para quem tem riqueza.

É por isso que nós estamos com esse desemprego em todos os estados – também aqui, na Bahia, um estado pobre como é o nosso, com índice de desemprego altíssimo –, porque nós não temos uma política pública feita pelo governo federal que propicie a distribuição de renda e garanta que a população pobre tenha a possibilidade de se alimentar pelo menos três vezes ao dia.

Eu disse aqui na semana passada: vivemos um momento difícil da nossa história, com bilhões de brasileiros e brasileiras que não sabem se vão comer hoje e, pior ainda, no outro dia. Nós precisamos dar a volta nisso. Diferentemente da avaliação que se faz, aqui, em relação à disputa eleitoral que se avizinha, na Bahia, 70% dos baianos e das baianas querem um novo presidente, querem de volta o

presidente que ajudou a diminuir a fome de milhares de baianos e baianas. É por isso que a saudade todo dia bate no peito de cada um querendo trazer de volta o maior presidente dessa história, Luiz Inácio Lula da Silva.

Da mesma maneira, a cada dia, o candidato vinculado a Lula, que se chama Jerônimo, tem, pelos baianos e baianas, a sensação de que é necessário dar continuidade a tal projeto na Bahia, mas com o nome vinculado a esse novo presidente para que a gente possa, de fato, garantir que ações no plano federal sejam colocadas aqui, no plano estadual. Esta Casa foi palco de grandes debates para tomarmos empréstimos e fazermos políticas sociais porque o governo federal que aí está não tem um olhar para a pobreza dos baianos e das baianas.

É por isso que os dois candidatos que apoiam o atual presidente, o ex-prefeito de Salvador e o ex-ministro de Bolsonaro, patinam todos os dias, porque ninguém quer um governador vinculado a um presidente que não cuida de gente, um presidente que não tem capacidade de assumir uma posição de estadista. É por isso que nós estamos passando as dificuldades, Sr. Presidente, de homens e mulheres. É por isso que a interrupção de um governo democrático no plano federal levou a situações como essa, a comunidade LGBTQIA+ ter que vir aqui para disputar simbologias, porque se interrompeu um projeto que tentava diminuir a discriminação.

Elegeram um projeto que, nos últimos 3 anos e 6 meses, ampliou a discriminação, que estimula a violência, que estimula a fome. É por isso que eu tenho a convicção de que, em outubro, nós faremos um outro discurso aqui, o discurso da democracia, da esperança e da possibilidade de cuidarmos de pessoas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Projeto de Lei nº 24.511/2022, procedente do Poder Executivo, que disciplina a participação de secretários de estado e agentes públicos em conselhos ou entidades assemelhadas, constituídos sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, e dá outras providências.

Para relatar, o deputado...

(O deputado Sandro Régis se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) o deputado Rosemberg Pinto. Tudo bem, o deputado vai ler o... vai ler o... vai relatar...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente! Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Olhe, nós estamos conversando aqui, acabou que, com essa discussão de se ter um acordo sobre o projeto de iniciativa do deputado Zó, não discutimos o projeto.

Eu queria combinar com o deputado Sandro Régis da seguinte forma: vamos votar os outros projetos consensuados aqui, esse projeto de autoria do deputado Zó mais os projetos...

(Intervenção fora do microfone.)

Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ainda não chegou um...

(Intervenção fora do microfone.)

Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então, a gente poderia... é... a gente poderia fazer o seguinte: alterar e colocar os projetos de emergência mais o projeto do deputado Euclides Fernandes, que têm consenso. Enquanto isso, a gente vai trabalhando aqui no sentido de buscar um acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, o Projeto de Lei nº 24.500/2022, do deputado Euclides.

Para relatar, o deputado Bira Corôa.

(O deputado Sandro Régis se manifesta fora do microfone.) (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É... Deputado! Deputado Bira, o deputado Euclides não se encontra, então nós vamos passar esse projeto para a próxima sessão. Bem lembrado, deputado Sandro.

Deputado Rosemberg Pinto.

(O deputado Sandro Régis se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, não se fala mais nisso, deputado Sandro, já passou para a outra sessão. Passou para a outra sessão, deputado. Vamos lá! Outros projetos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do nobre líder Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, sobre os projetos de calamidade, por orientação jurídica da Casa, só podemos votar os que os municípios já solicitaram. Nós não podemos, aqui, querer votar projeto sem o município solicitar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): E decretado.

O Sr. Sandro Régis: E decretado, né? Nós temos de ter muito cuidado com isso para não sermos bons, e nos prejudicarmos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a tem inteira razão. Só 1 minuto. (Pausa)

Para relatar, o líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto. Projeto de Decreto Legislativo nº 2.944/2022.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto (fora do microfone): Olívia! Olívia!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, nobres visitantes desta Casa, servidores e servidoras, eu venho a esta tribuna apresentar parecer ao Projeto de Decreto Legislativo de n.º 2.944/2022, de autoria da Mesa Diretora, que (lê) *“Renova o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência do estado de calamidade pública nos municípios baianos que indica, em atendimento a solicitação dos prefeitos municipais, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio do ano de 2000.”*

Sala das Sessões.

Deputado Rosemberg Pinto, líder da Maioria

Deputado Sandro Régis, líder da Minoria.

Considerando que este é um projeto que não fere a Constituição, que está absolutamente de acordo com as normas técnicas legislativas, Sr. Presidente, e com a necessidade já apontada pelos municípios elencados no anexo único, que são os municípios de (lê) *“Brejões, Itororó, Crisópolis, Ibirataia, Apuarema, Ubaitaba, Barro Preto, Biritinga, Bonito, Caraíbas, Firmino Alves, Ituberá, Jussari, Lagoa Real, Piraí do Norte, Piritiba, Terra Nova, Itacaré, Una, Maragogipe, Palmas de Monte Alto, Novo Horizonte, Iuiú, Ibitiara, Tanhaçu, Barra do Choça, Contendas do Sincorá, Rio do Pires, Iguai, Entre Rios e Cipó”*, todos esses, como já dito anteriormente, apresentados aqui, encaminhados através de diversos parlamentares, nós entendemos que ele está plenamente de acordo com o que estabelece a Constituição. Há a necessidade do decreto de emergência e, portanto, nós estabelecemos o parecer favorável à aprovação, pelo Plenário desta Casa, do PDL nº 2.944/2022.

É o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em discussão única.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.944/2022

Renova o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência do estado de calamidade pública nos municípios baianos que indica, em atendimento a solicitação dos prefeitos municipais, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica renovado o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência do estado de calamidade pública nos municípios baianos integrantes da relação constante do Anexo Único deste Decreto, até o dia 30 de junho de 2022, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, com a consequente dispensa do atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º, bem como suspensão da contagem dos prazos e disposições estabelecidas nos arts. 23 e 31, todos da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, em relação a cada Município, à data do início de vigência do respectivo decreto municipal.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 18 de maio de 2022.

Deputado Adolfo Menezes

Presidente

Deputado Paulo Rangel Lula da Silva
- 1º Vice-Presidente

Deputado Júnior Muniz
1º Secretário

Deputado Marcelinho Veiga
2º Vice-Presidente

Deputado Alan Sanches
2º Secretário

Deputado Bobô
3º Vice-Presidente

Deputado Soldado Prisco
3º Secretário

Deputado Paulo Câmara
4º Vice-Presidente

Deputada Neusa Lula Cadore -
Secretária

ANEXO ÚNICO

MUNICÍPIOS COM RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ATÉ 30 DE JUNHO DE 2022

MUNICÍPIO	SOLICITAÇÃO (OFÍCIO DO PREFEITO)	ENCAMINHADO ATRAVÉS DO DEPUTADO(A)/MESA
BREJÕES	OF. AL Nº 3.019/2022	ÂNGELO ALMEIDA
ITORORÓ	OF. AL Nº 3.018/2022	ROSEMBERG LULA PINTO
CRISÓPOLIS	OF. AL Nº 3.017/2022	ALEX DA PIATÃ
IBIRATAIA	OF. AL Nº 3.016/2022	MESA DIRETORA
APUAREMA	OF. AL Nº 3.015/2022	ADOLFO MENEZES
UBAITABA	OF. AL Nº 3.012/2022	MESA DIRETORA
BARRO PRETO	OF. AL Nº 3.009/2022	EDUARDO SALLES
BIRITINGA	OF. AL Nº 3.006/2022	ÂNGELO ALMEIDA
BONITO	OF. AL Nº 3.003/2022	EDUARDO SALLES
CARAÍBAS	OF. AL Nº 3.008/2022	MARQUINHO VIANA
FIRMINO ALVES	OF. AL Nº 3.010/2022	MESA DIRETORA
ITUBERÁ	OF. AL Nº 3.002/2022	EDUARDO SALLES
JUSSARI	OF. AL Nº 3.007/2022	EDUARDO SALLES
LAGOA REAL	OF. AL Nº 3.014/2022	VÍTOR BONFIM
PIRAÍ DO NORTE	OF. AL Nº 3.013/2022	MESA DIRETORA
PIRITIBA	OF. AL Nº 3.004/2022	EDUARDO SALLES
FEIRA DA MATA	OF. AL Nº 3.020/2022	IVANA BASTOS
TERRA NOVA	OF. AL Nº 3.005/2022	EDUARDO SALLES
ITACARÉ	OF. AL Nº 3.028/2022	ROSEMBERG LULA PINTO
UNA	OF. AL Nº 3.011/2022	EDUARDO SALLES
MARAGOJIBE	OF. AL Nº 3.021/2022	EDUARDO SALLES
PALMAS DE MONTE ALTO	OF. AL Nº 3.022/2022	IVANA BASTOS
NOVO HORIZONTE	OF. AL Nº 3.024/2022	IVANA BASTOS
IUIÚ	OF. AL Nº 3.025/2022	IVANA BASTOS

IBITIARA	OF. AL Nº 3.026/2022	IVANA BASTOS
TANHAÇU	OF. AL Nº 3.027/2022	MESA DIRETORA
BARRA DO CHOÇA	OF. AL Nº 3.029/2022	EDUARDO SALLES
CONTENDAS DO SINCORÁ	OF. AL Nº 3.032/2022	IVANA BASTOS
RIO DO PIRES	OF. AL Nº 3.033/2022	MESA DIRETORA
IGUAÍ	OF. AL Nº 3.089/2022	ROSEMBERG LULA PINTO
ENTRE RIOS	OF. AL Nº 3.090/2022	LUCIANO SIMÕES FILHO
CIPÓ	OF. AL Nº 3.091/2022	DIEGO CORONEL

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.945/2022, de autoria do deputado Eduardo Alencar.

Para relatar, deputado Rosemberg.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui, com dispensa de formalidades dos líderes da Maioria e Minoria, o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.945/2022, que prorroga o prazo de reconhecimento pela Assembleia Legislativa do estado de calamidade do município de Antônio Cardoso, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nos termos da solicitação direta do prefeito do município.

Este decreto está em conformidade com a legislação. A presente proposição atende à solicitação do prefeito.

Por isso, dentro da legislação atual, opino pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o projeto de decreto legislativo do deputado Eduardo Alencar, **em discussão única**.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.945/2022

Prorroga o prazo de reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Antônio Cardoso, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, nos termos da solicitação da Prefeita do Município.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública no Município de Antônio Cardoso, com efeitos até 30 de maio de 2022, nos termos da solicitação da Prefeita do Município, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 com a consequente dispensa do atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º, bem como suspensão da contagem dos prazos e disposições estabelecidas nos arts. 23 e 31, todos da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 janeiro de 2022.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2022.

Deputado Eduardo Alencar

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, uma comunicação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem?

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, hoje há um acontecimento muito importante em nosso país, a decisão do ministro Vital do Rêgo, que é o revisor do processo de privatização da Eletrobras.

Como nós sabemos, foi colocada a autorização de venda dessa empresa pelo Congresso Nacional a partir de um pedido do presidente Bolsonaro. Há um questionamento de toda a sociedade, especialmente do movimento social e do movimento sindical dos eletricitários, porque a promessa de diminuir o custo da energia se colocou como uma grande mentira, uma grande farsa. O valor cobrado pela energia disparou no Brasil. Mesmo com o superávit da produção de água nas usinas hidrelétricas, nós vemos a energia subir e arrastar a inflação.

Hoje, o ministro Vital do Rêgo, fazendo a revisão do projeto, diz que tem várias irregularidades. A primeira é que a reestruturação societária da Eletrobras e da Eletronuclear na prática vai entregar a política nuclear à iniciativa privada.

Vejam a irresponsabilidade do presidente Bolsonaro: entregar a energia nuclear, ativo estratégico de segurança nacional em qualquer nação do mundo, à iniciativa privada.

Segunda, é a omissão de 2,7 bilhões em dividendos da empresa à sua controladora. Ou seja, 2,7 bilhões estão sendo omitidos, que são dinheiro público, do povo brasileiro, da Eletrobras.

Portanto, Sr. Presidente, essa revisão do ministro tem que parar o processo de privatização da Eletrobras. O Brasil não pode perder a sua soberania energética, perder o controle dessa matriz fundamental para a independência de qualquer país desenvolvido no mundo. E aqui Bolsonaro quer entregar à iniciativa privada algo que é controlado nos Estados Unidos pelas Forças Armadas. É tão importante que não é nem o governo dos Estados Unidos que controla a energia, e, sim, as próprias Forças Armadas, pelo caráter estratégico que tem.

Sr. Presidente, eu queria também comunicar um acontecimento importante para a população de São José do Itaporã, distrito de Muritiba, que é o resultado da licitação hoje para a pavimentação da estrada que liga a BR-101 até o distrito de São José. A empresa Pavter foi a única a concorrer numa proposta de R\$ 7,4 milhões para recuperar 6 quilômetros da estrada, importante para ligar esse distrito, produtor agrícola fundamental no Recôncavo, à malha rodoviária, à BR-101.

Estou acompanhando. Creio que logo, em breve, daqui a uns 30 dias, essa obra vai sair, reivindicando que haja uma operação tapa-buracos para fazer com que essa estrada tenha melhores condições de trafegabilidade.

Parabenizar o governador Rui Costa pelos investimentos muito importantes que tem feito no estado da Bahia, em especial na área da educação. Visitei, no dia de ontem, um colégio no Imbuí, o Colégio Rômulo Almeida, um equipamento importantíssimo, com 24 salas de aula, campo *society*, quadra poliesportiva.

O governador tem feito esses investimentos, deputados, em toda a Bahia. Estive em Capim Grosso, Feira de Santana, Santanópolis, Tanquinho, Santo Estêvão, Antônio Cardoso, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas. São obras estruturantes nunca vistas pela área da educação.

Parabenizar também o ex-secretário Jerônimo Rodrigues, que liderou, pilotou todo esse processo que, hoje, repercute no maior investimento da história em infraestrutura da educação feito pelo governo do estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Suspenderei a sessão por 10 minutos, para os líderes tentarem um acordo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, quero agradecer por essa interrupção de 10 minutos.

Ainda está havendo uma discussão com a Bancada da Minoria. Já há um certo posicionamento majoritário no sentido de aprovar o projeto, mas ainda precisa da posição de um deputado. Eles estão conversando. Eu espero que haja convencimento.

A ideia é que nós possamos votar ainda hoje, aqui, sem necessariamente ter pedido de vista. É uma alternativa sugerida pelo deputado Samuel.

(Sessão suspensa.)

(O deputado Bira Corôa assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): Renovo a suspensão temporária desta sessão por mais 10 minutos, para que as bancadas possam chegar a uma decisão.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): Declaro reabertos os trabalhos desta sessão.

O Sr. Sandro Régis: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Deputado Rosemberg e deputada Fábíola, quero, aqui, começar as minhas palavras pedindo desculpas por não ter conseguido o consenso total na bancada para votar um projeto. A maioria, majoritariamente, é a favor, porque temos os mesmos pensamentos que V. Ex.^{as} em relação à preservação dos direitos e a igualdade de todos. Mas me comprometo com V. Ex.^{as}, deputada Fábíola e deputado Rosemberg, mesmo que até a próxima semana não se tenha um consenso na bancada, eu vou assinar a dispensa de formalidades e quem quiser que vote a favor ou vote contra, mas o projeto será votado na próxima quarta-feira. (Palmas)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k., Sandro. Primeiro, quero agradecer por todo o esforço que V. Ex.^a fez, como líder da Minoria.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, presidente?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu sou testemunha desse seu esforço, Sandro, e trabalhamos juntos aqui.

Eu acho que, inclusive, os representantes da comunidade LGBTQIA+ também presenciaram o esforço das bancadas da Maioria e Minoria. Mas é a Casa Legislativa, que tem suas diferenças. Eu agradeço.

Na próxima semana, que a gente possa votar. E votar também, eu queria pedir a V. Ex.^a, aquele projeto dos consórcios, para que a gente possa evitar que prefeitos sejam questionados pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): Questão de ordem do deputado Hilton; e depois, a deputada Fabíola.

O Sr. Hilton Coelho: Muito rapidamente, Sr. Presidente.

Eu quero lamentar, reconhecendo o esforço do líder do Bloco da Oposição, e dizer que a nossa expectativa era que a votação acontecesse justamente hoje, já que há, praticamente, o consenso da Casa em relação a um projeto em defesa da vida. Infelizmente, isso aconteceu. Mas temos aqui o compromisso público, a palavra do líder da Bancada da Oposição, e nós esperamos...

Pedimos, de certa forma, desculpas também às lideranças do movimento LGBTQIA⁺. Só quero reforçar, Sr. Presidente, que está dirigindo brilhantemente esta sessão, a importância de nós termos o peso do movimento social para comemorar essa vitória que, com certeza, esta Casa vai consolidar na semana que vem.

Parabéns ao deputado Zó, autor do projeto, à deputada Fabíola, a todos aqueles e aquelas que procuraram buscar de todas as formas que o projeto fosse votado hoje. Mas na semana que vem, com certeza, nós teremos a grande vitória.

O Sr. Zó: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): Questão de ordem da deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Presidente, deputado Bira Corôa, eu quero, aqui, agradecer ao deputado Sandro Régis, líder da Minoria, e ao deputado Rosemberg, líder da Maioria, que analisaram o projeto do deputado Zó, do qual estou relatora para fazer as adequações técnicas necessárias sem comprometer a essência do projeto, e em comum acordo com os movimentos LGBT aqui presentes.

Nós sabemos da importância desse projeto. Nós sabemos o quanto é simbólico, ainda no Maio da Diversidade, aprovarmos na Bahia um projeto dessa natureza. Lógico que a nossa expectativa era, com a presença dos movimentos aqui, a da aprovação hoje. Mas esta é uma Casa dos consensos e é importante a gente avançar.

Confio na palavra do deputado Sandro Régis, líder da Minoria, sobre a dispensa de formalidades, que já havia sido acordada. A nossa Bancada da Maioria, o líder Rosemberg já havia dispensado as formalidades. Isso faz com que o projeto entre na pauta para votação. Tenho certeza de que nós todos aprovaremos esse projeto. A nossa votação será pela vida, a nossa votação será por direitos, a nossa votação será contra o ódio, a intolerância, a nossa votação será contra o preconceito.

Se a gente tiver que ainda ficar nesse suspense, deputado Robinson, por mais uma semana, a gente vai obter essa vitória. É uma vitória importante, uma vitória dos movimentos que se organizam, uma vitória das famílias, como tivemos aqui as Mães Pela Diversidade e as Mães Arco-Íris. Uma vitória do estado da Bahia, que quer enfrentar, junto com o nosso governador Rui Costa, os altos índices de violência que, infelizmente, ainda afetam o nosso estado e o nosso país.

Então, eu fico um pouco triste, mas, ao mesmo tempo, confiante, porque esse consenso permitiu que esse projeto tramitasse e seja votado ainda no mês de maio.

Quero parabenizar o deputado pela autoria do projeto, que tramitou em três comissões, CCJ, Direitos Humanos e Educação; e quero parabenizar esta Casa, junto com os movimentos sociais, que o fez tramitar.

A vitória, com certeza, será certa, basta a gente esperar uma semana. Mas essa vitória é extremamente essencial, porque mostra que esta Casa tem compromisso com a vida, tem compromisso com a Constituição, tem compromisso com direitos e garantias fundamentais ao cidadão LGBTQIA⁺.

Obrigada, Sr. Presidente, parabéns aos movimentos. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): Questão de ordem do deputado Zó; depois, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. Zó: Presidente Bira, primeiro, agradecer pelo espaço da questão de ordem. Eu estava dizendo à turma da comunidade LGBTQIA+ que nós adiamos em 6 dias uma votação que, pelo entendimento, pelo clima da Casa, será uma votação que vai ter um sufrágio importantíssimo pela aprovação do projeto.

É importante registrar, também, líder da Maioria, o nosso Rosemberg, e, principalmente, líder da Minoria, o entendimento que dentro desse processo da política, no campo que eles lideram, há pessoas que querem estudar um pouco mais o projeto, outras que já acordaram em fazer alguma mudança em algum artigo, mas o mais importante é a garantia de que terça-feira, dentro do Maio da Diversidade, como disse a deputada Fabíola, nós vamos ter a votação do PL que trata sobre a questão e pune a LGBTfobia.

Por isso, companheiras e companheiros, a gente quer registrar que terça-feira será votado o projeto. Não foi ontem, dia 17, que é o Dia Internacional Contra a LGBTfobia, mas vai ser ainda no Maio da Diversidade por vocês, pelas mães de vocês, pelos pais de vocês, pela família de vocês e pela família brasileira de verdade. (Palmas)

Então, eu queria fazer esse registro, e agradecer pela força de vocês, porque a mobilização em torno do Projeto Milena Passos foi importante, e vai ser, se Deus quiser, aprovado semana que vem aqui, neste Plenário. Porque não são 6 dias, até a semana que vem aqui, mas são, pelo menos, 60 anos de atraso e de intolerância, de LGBTfobia.

Não à violência! Não à morte e pela liberdade de todos, todas e todes. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): Questão de ordem do deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Antes de falar sobre o tema do projeto, eu queria fazer duas comunicações aqui, Sr. Presidente.

A primeira, é saudar a comunidade escolar do Colégio Santa Rita de Cássia, que visitou Assembleia hoje, a diretora, professores e estudantes que, inclusive, têm uma mostra. E convidar os deputados para passarem na entrada da Assembleia e verem a produção desses jovens da escola, fruto de uma oficina do Teatro do Oprimido, que puderam expressar através da pintura o Brasil que temos e o Brasil que queremos.

Hoje, no Programa de Cidadania da Casa, foi aberta uma visita guiada e, acompanhados da diretora Míriam Machado, os estudantes do Santa Rita de Cássia, do colégio estadual, puderam conhecer a Assembleia.

Eu quero, aqui, saudar toda a comunidade e parabenizar o belíssimo trabalho da diretora, dos professores, dos estudantes e dos pais que acompanham o dia a dia da comunidade.

A segunda comunicação, Sr. Presidente, eu queria falar aqui que a comunidade de Amélia Rodrigues, em especial a que mora do lado direito, no sentido Feira de Santana-Salvador, Areal e outros bairros, vive um grande dilema há muito tempo, que é só poder visitar a sede do município de Amélia Rodrigues tendo que fazer a travessia da BR-324. Eu entrei nessa luta junto com o deputado federal Zé Neto e acabei de ser informado da aprovação de uma audiência pública da Câmara dos Deputados a ser realizada aqui, na Bahia, para tratar desse tema e cobrar da ANTT e da Via Bahia que façam a intervenção necessária, que é um retorno adequado, com segurança, para que os moradores de Amélia Rodrigues possam exercer o direito de ir e vir dos baianos e baianas do município de Amélia Rodrigues.

Portanto, vamos fazer essa audiência pública e pressionar a ANTT para que tenha agilidade e mais responsabilidade com a vida das pessoas. Muitas delas perderam parentes e entes queridos.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Em relação ao projeto, eu acho que foi uma grande vitória, mesmo que a gente não tenha aprovado hoje, por essas dificuldades que nós estamos tendo para o funcionamento das comissões, ter o acordo entre o líder da Oposição e o líder da Maioria de votar na semana que vem, deputada Fabíola. Eu considero uma grande vitória que nós vamos votar.

Eu não tenho dúvida alguma que a maioria absoluta desta Casa vai votar “sim” a esse projeto, porque ele constrói justiça social, que repara um conjunto de situações a que seres humanos não podem estar submetidos na sociedade, especialmente a comunidade do segmento LGBTQIA+. Então, é uma satisfação para mim.

Por último, Sr. Presidente, queria, aqui, também comemorar o anúncio feito pelo secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, da pavimentação asfáltica do acesso ao distrito de Tiquaruçu e também de Jaguara em Feira de Santana, reivindicação histórica da comunidade. São dois distritos com grande população e que não estão ligados à malha rodoviária estadual. E o secretário Marcus Cavalcanti anunciou que o governador autorizou a licitação para fazer essa estrada pavimentada, uma grande conquista para o povo de Feira de Santana.

Parabenizar o deputado federal Zé Neto, os vereadores Sílvio Dias, Ivamberg e Luiz da Feira, todos que construíram essa grande conquista junto ao governo do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa): Primeiro, eu queria, simplesmente, parabenizar e agradecer as lideranças desta Casa, o deputado Rosemberg Pinto, líder da Maioria, e o deputado Sandro Régis, líder da Minoria, a todos os deputados e deputadas que intervieram nessa matéria, o deputado Zó como autor, especialmente aos movimentos sociais que aqui estiveram, abrilhantando esta Casa e defendendo direitos constitucionais da sociedade.

Dizer que é uma grande vitória. Na próxima semana, terça-feira, estaremos prestes a aprovar essa matéria importante para a sociedade baiana.

Não havendo mais nenhuma matéria em pauta, damos por encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Dal, Fátima Nunes Lula, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Osni Cardoso Lula da Silva, Robinho, Soldado Prisco e Tom Araújo.(11)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.